



Ata Reunião Fórum Desmatamento – 30.06.2020

Participantes: Alessandra Fajardo (Bayer), Ana Carolina Corrêa (Youth Climate Leaders e Coalizão pelo Clima de BH), Bárbara Hartz (HARTZ - New Thinking), Bruna Emanuela (Bayer), Bruna Juliani (Agências das Bacias PCJ), Bruno Neele (Eichin Amaral Advogados), Camila Dias de Sá (Insper Agro Global), Carla Gheler-Costa (assessora Dep Rodrigo Agostinho), Carmynie Barros (IABS), Cris Palmieri (Agenda 21), Daniela Teston (WWF), Eduardo Daher (Abag), Eduardo Roxo (Atina), Fabiana Reguero (Amaggi), Felipe, Júlia Benficas (ESALQ/USP), Karen Tada (Bem Comunicar), Karen Tanaka (CEBDS), Klaus Schilling (Vicente e Maciel Advogados), Leandra Santos (IABS), Leonardo Baumgratz (Agência das Bacias PCJ), Letícia Chiari (BRFlor), Liége Vergili (ABIEC), Lucas Batista (ICV), Luciana Lanna (Lemos Advocacia), Marcello Brito (Abag), Marcio Nappo (JBS), Marco Antonio de Resende Ferreira (ARPEMG), Maryane Bento de Andrade (INPA), Mayra Bonfim (IABS), Nelson Barboza Leite (Comunidade de Silvicultura), Osiris M. Araújo da Silva, Osmar Bambini (Sintecsys), Paulo Moutinho (IPAM), Priscila Alvarez (JBS), Raoni Rajão (UFMG), Ricardo Pereira (CEBDS), Roberta Roxi (Projeto Germinar), Roberto Waack (Chatam House), Ronaldo Seroa da Motta (UERJ), Sérgio Nogueira (UFG), Sérgio Amed Silva (SINDMAD/AM), Simone Gonçalves (ABIEC), Taís Carvalho (Athenagro), Tulio Dias (Agropalma), Fernanda Macedo (Coalizão Brasil), Laura Lamonica (Coalizão Brasil), Joice Oliveira (Coalizão Brasil) e Maiara Beckrich (Coalizão Brasil)

FT Dados de Desmatamento:

- Essa Força-Tarefa foi criada com o objetivo de discutir um conjunto de dados de desmatamento que possa ser útil na tomada de decisões do setor privado e financeiro. A Clarissa Gandour do CPI trabalhou em um primeiro rascunho desse material e agora a Paula Bernasconi do ICV ajudará coliderando o esforço desta FT. Será importante colher as contribuições do setor privado sobre o que deve compor este material. Também iremos considerar o trabalho que já foi feito por outras instituições dentro da Coalizão para que possamos agregar esforços, gerando um consenso mínimo sobre estes dados.
- Essa FT busca traduzir dados de desmatamento, permitindo uma compreensão mais transversal do cenário, identificando os problemas associados e, finalmente, buscando soluções viáveis. Para isso, entendemos que é essencial trazer mais empresas para o debate, buscando soluções dentro das cadeias de valor, mas também mantendo em mente que precisamos olhar o problema como um todo. Atualmente, a maior parte dos dados existentes é voltada para problemas específicos de um determinado setor produtivo. Entretanto, o setor produtivo como um todo precisa entender que resolver a questão da ilegalidade é fundamental, já que mesmo que esta ainda não afete sua cadeia, seguramente o fará no futuro.
- Os dados do sistema Prodes do INPE acerca da quantidade e da localidade do desmatamento são excelentes, mesmo que muitas vezes seja necessário adaptar um dado que foi construído no nível macro para o nível de uma fazenda, por exemplo.



Entretanto, ainda precisamos caminhar no sentido de uma estatística oficial que possibilite uma distinção mais clara do que é desmatamento legal e o que é ilegal. Também precisamos evoluir nos dados sobre as áreas regeneradas. Com essa informação aliada à informação das áreas desmatadas, poderemos medir quanto estamos emitindo efetivamente em termos de carbono.

- Importante comentar que temos uma FT que está trabalhando no desenvolvimento de uma plataforma nacional de monitoramento da restauração e reflorestamento, com expectativa de ter uma versão piloto para alguns biomas operando até o início de 2021.
- No contexto atual, na visão do investidor e do mercado internacional, todo o setor produtivo brasileiro está inevitavelmente associado com o desmatamento, o que é muito sério para geração de emprego do país. Nesse cenário emergencial, para além do levantamento, precisamos pensar em como utilizar estes dados em estratégias de intervenção que ajudem a promover mudanças rápidas e efetivas.

FT Rastreabilidade da Carne

- A Força-Tarefa foi estabelecida com o objetivo de elencar desafios e oportunidades da rastreabilidade na cadeia da carne. Para isso, a Coalizão contratou um estudo que realizará um levantamento do estado da arte e um diagnóstico das ferramentas e lacunas existentes no que se refere ao tema da rastreabilidade ambiental desta cadeia. Na esfera econômica, o estudo buscará medir os impactos de mercado que a rastreabilidade pode trazer para a cadeia, incluindo os custos para implementação. Os resultados do estudo poderão, em um segundo momento, subsidiar propostas da Coalizão, aos setores público e privado, que impulsionem a implementação de sistemas de rastreabilidade que garantam uma gestão efetiva – e em conformidade ambiental – da cadeia da carne.
- Um breve contexto do tema da rastreabilidade no Brasil: olhando para a cadeia da carne nos últimos 10 anos, nota-se que tivemos transformações significativas relacionada aos critérios sócio ambientais, especialmente na região amazônica, onde diversas empresas já implementaram sistemas de monitoramento de fornecedores diretos. Também nos últimos anos foram estabelecidos processos de auditoria para os grandes frigoríficos, garantindo mais transparência para a cadeia.
- Entretanto, ainda existem grandes desafios para a rastreabilidade da carne no Brasil, como a questão dos fornecedores indiretos, por exemplo. Atualmente, a cadeia da pecuária é formada por três elos: cria, recria e engorda. Os grandes frigoríficos têm hoje a capacidade de monitorar o fornecedor direto, mas não tem acesso às informações públicas e confiáveis sobre a enorme gama de fornecedores indiretos. Uma possível solução para o problema da rastreabilidade seria a utilização da Guia de Transição Animal (GTA), que controla a movimentação de todos os animais no território nacional. Infelizmente, essa base de dados não é disponível para o público, sendo de uso exclusivo para controle sanitário do governo.
- Além disso, mesmo com o avanço do processo de rastreabilidade para os indiretos, precisamos entender como analisar uma quantidade tão grande de dados e também



como funcionaria a regra de bloqueio. Se houver um fornecedor com problemas ambientais, seria justo o frigorífico bloquear todo coletivo de fornecedores desta cadeia?

- Existem soluções técnicas que estabelecem tolerância de acordo com o nível de desmatamento de um produtor, sem ter que bloqueá-lo, mas ainda precisamos entender como aprimorar esse ponto.
- Sobre a questão do desmatamento associado à produção pecuária, não podemos perder de vista que a urgência da discussão sobre o tema da rastreabilidade ambiental só faz sentido devido à crise de desmatamento que estamos vivendo. Nosso foco deve ser diminuir de maneira estrutural o desmatamento no país, independente dele estar associado à produção de grãos, madeira ou de carne.

Debate: “Desafios para combater o desmatamento ilegal nas cadeias produtivas e nas terras públicas e soluções de curto e longo prazo”

- Em 2020, a temática do desmatamento se tornou central no cenário político dada à grande piora das notícias relacionadas ao tema desde o ano passado. Ações recentes relacionadas a questões ambientais e no trato com os povos indígenas começam a impactar os setores produtivos de maneira geral, levando a restrições internacionais, inclusive a produtos que não têm relação direta com a Amazônia.
- Considerando esse cenário, a Coalizão precisa pensar em como trazer mais players, de todos os setores, para um debate sério sobre os benefícios do combate ao desmatamento.
- Nesse momento, temos o desafio de sermos ágeis no que se refere a essa agenda. Isso vai, parcialmente, no sentido oposto do que foi decidido quando realizamos um planejamento de longo prazo com a [Visão de Futuro 2030-2050](#), mas considerando tudo que vem acontecendo, especialmente durante a pandemia, precisamos de ações imediatas. Ainda devemos considerar a tendência de seca que se percebe na Amazônia, que deverá levar a um cenário mais delicado, principalmente se não observarmos uma resposta contundente do governo.
- Nos próximos meses, além da continuação da escalada do desmatamento, devemos observar o aumento das queimadas em relação ao mesmo período do ano passado, já que teremos um ano ainda mais seco. Tudo isso acontecendo no meio de uma pandemia, com um sistema de saúde sobrecarregado e com comunidades indígenas sofrendo com a falta de apoio para o combate à pandemia.
- Para avançarmos no combate ao desmatamento precisamos, em primeiro lugar, compreender que a imagem da devastação da Amazônia não será transformada do dia para a noite, mas só começará a melhorar por meio de ações contundentes que levem a uma efetiva redução do desmatamento. Para que essa redução ocorra é essencial que dialoguemos com o setor agropecuário para que se fortaleça o entendimento de que a produção agropecuária depende do ciclo da chuva garantido pela floresta.
- A pressão internacional será cada vez maior e se não conseguirmos garantir uma cadeia livre de desmatamento por meio do poder público, devem ser criados instrumentos privados para fornecer esse tipo de informação para as empresas se assegurarem de



que o desmatamento ilegal não está entrando em sua cadeia. No curto prazo, para desvincular agropecuária brasileira do desmatamento na Amazônia, seria interessante um compromisso do setor com alguns princípios, como compromisso com REDD+ e com o PSA nacional.

- Devemos buscar trazer mais atores do setor privado, incluindo o varejo e o setor financeiro, para essa conversa. Não podemos olhar a questão da Amazônia sem trazer para o debate os detentores do capital, pois quando falta capital para promover o setor, as mudanças acontecem. Por outro lado, precisamos também dialogar com a sociedade civil já que, muitas vezes, o consumidor não vê a relação entre o que consome e o desmatamento.
- Além disso, o diálogo com os investidores também é muito importante dado que existe uma grande desinformação por parte destes que, por vezes, acabam emitindo posicionamentos sem entender o contexto do país ou com base em dados desatualizados. A Coalizão pode ter um papel importante nesse ponto ao subsidiar as discussões com uma base de dados consolidada.
- No que se refere ao poder público, a Coalizão deve continuar seu advocacy, com propostas em temas como regularização fundiária, florestas públicas não destinadas e PSA. A regularização fundiária poderia estar atrelada à conformidade ambiental, por exemplo. Tudo isso no sentido de trazer valor à conformidade que hoje gera menos benefícios do que a ilegalidade.
- Hoje talvez o maior ponto de pressão internacional seja em relação à carne. Geralmente, os investidores não querem fazer parte do problema, mas também não conseguem ser parte da solução. Precisa haver incentivo para uma efetiva mudança na cadeia, não basta apenas se afastar do produto para que sua marca não esteja associada ao desmatamento. Isso pode levar a uma desestruturação da cadeia e, principalmente, das empresas que estão na legalidade. Seria mais interessante estabelecer um plano de adequação viável, com direcionamento de incentivos positivos para os produtores que estão em conformidade.
- Nesse sentido, a questão da rastreabilidade é importante, mas não soluciona o problema. Quando um fornecedor é bloqueado por um frigorífico, por exemplo, ele não deixa de existir e certamente alguém comprará dele. Isso porque nacionalmente não temos tanta pressão sobre os varejistas quanto internacionalmente. Sendo assim, a sociedade civil brasileira tem o papel de pressionar para que ocorram mudanças também no mercado nacional.
- Por fim, um tema que precisa ser discutido é a competitividade do agronegócio brasileiro. Hoje o país não é efetivamente competitivo e sua liderança no setor se dá por não haver outro fornecedor do mesmo porte no mundo, mas isso está mudando. Quando os países tiverem escolha, será que o Brasil seguirá sendo competitivo? Para que a resposta seja positiva é necessário pensar no longo prazo por meio das ações indicadas nessa conversa.